

HEILBORN, Maria Luiza. "De que gênero estamos falando? In: *Sexualidade, Gênero e Sociedade* ano 1, nº 2 CEPESC/IMS/UERJ, 1994.

## DE QUE GÊNERO ESTAMOS FALANDO?

MARIA LUIZA HEILBORN

As ciências humanas, englobando-se nessa designação as sociais, caracterizam-se por uma peculiaridade frente às demais ciências. Os termos de sua linguagem não se distanciam dos vocábulos encontrados no uso comum, ainda que no referente ao sentido e a precisão seu esforço acompanhe suas congêneres de outras áreas. A estratégia em recortar e definir as dimensões da realidade humana e social está presente na formulação da noção de gênero, que surge nos anos 70, embalada pela crítica feminista.

Gênero é um conceito das ciências sociais que, *grosso modo*, se refere à construção social do sexo. Significa dizer que, no jargão da análise sociológica, a palavra sexo designa agora a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e, no máximo, a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero ambiciona, portanto, distinguir entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham nas culturas a presença de dois sexos na natureza. Este raciocínio apóia-se na idéia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura.

Tal formulação representou um avanço. Com ela abandonou-se a definição mais tradicional de papéis sexuais, valorizando-se cada vez mais a dimensão de relatividade entre o indicador anatômico e a elaboração cultural.

O conceito de gênero tal como esboçado tem como origem a noção de cultura. Essa noção aponta para o fato da vida social, e os vetores que a organizam como, por exemplo, tempo, espaço ou a diferença entre os sexos, são produzidos e sancionados socialmente através de um sistema de representações. Numa formulação mais propriamente antropológica, o domínio das idéias e dos valores detém uma realidade coletiva, autônoma e parcialmente inconsciente para os membros do grupo estudado. A cultura composta de conjuntos ideacionais específicos apresenta-se como um todo integrado; cada domínio pode ser objeto de concepções peculiares, contudo eles mantêm entre si uma tessitura que não é de simples justaposição, ao contrário, integram um sistema interdependente que provê a coerência de uma determinada visão de mundo.

Assim, o conceito de gênero é profundamente devedor da idéia de arbitrariedade cultural. A dimensão unitária que a espécie poderia oferecer para o fenômeno da diferença entre os sexos é frágil para explicar a intensa variedade dos comportamentos e concepções relativas aos sexos. Uma outra dimensão importante da noção de gênero comumente aceita e debitável da noção de cultura é o caráter necessariamente relacional das categorias de gênero.

Em geral, a entrada da perspectiva do gênero foi saudada como uma grande renovação nas ciências sociais. A dimensão do gênero é afirmada como dado crucial de pesquisa, impondo-se em duas instâncias: como forma de classificação ordenadora do mundo social a ser examinada e como dado constitutivo da identidade do sujeito de pesquisa. Nos primeiros momentos imaginou-se que uma revolução estava em curso nas ciências sociais, mas um balanço um pouco menos ufanista assinala que a incorporação da perspectiva de gênero foi menos transformadora do que se supõe.

Vale, no entanto, investigar de que conteúdos e implicações estamos falando quando gênero é utilizado. Certamente, essa noção está muito longe de ser uma chave mágica para os problemas da análise sociocultural. Variadas formulações do conceito e um intenso debate sobre a sua operacionalidade enraizam-se em tensões peculiares às ciências sociais. Estas abrigam duas grandes matrizes de interpetração dos fenômenos que debatem entre si a possibilidade de entendimento do real, o que implica profundas distinções na aplicabilidade do conceito. De um lado, temos a tradição do nominalismo/ empirismo e de outro, o racionalismo/ intelectualismo. Na primeira modalidade cognitiva, e em suas múltiplas variações, observa-se a recusa da existência de universais como parâmetros de organização do mundo. Nesse sentido, premissas que apelem para

condições compartilhadas pelo conjunto das sociedades são lidas com descrença, argumentando-se que tais hipóteses carecem de sustentação em si mesmas. Rejeita-se a idéia de uma explicação exaustiva, intemporal e universal dos eventos ou fenômenos singulares. Assim, correntes interpretativas alinhadas sob esse marco caracterizam-se pela busca do entendimento no singular e pelo privilegiamento da experiência como ponto de partida e critério controlador e decisivo do conhecimento verdadeiro. Em contraposição, a vertente fundada no racionalismo concede ênfase na universalização de princípios abstratos, capazes de darem conta de casos singulares. Sustenta a existência de alguns princípios lógicos, que, organizados numa teia suficientemente genérica, potencialmente englobam as peculiaridades dos casos singulares. Por intermédio de um raciocínio lógico-abstrato pode-se chegar à causa última dos fenômenos. O quadro proposto retém os termos paradigmáticos do embate teórico no campo das ciencias sociais, mas, na prática variadas posições podem combinar aspectos de uma ou outra matriz.

Examinando-se a literatura que trata do gênero o acordo entre as/os autoras/es só podia ser mesmo limitado na medida em que reflete essa tensão constitutiva. Um primeiro grupo de desacordos refere-se ao estatuto cognitivo do conceito de gênero: é uma categoria empírica ou é antes uma categoria analítica? Que problemas advém dessa distinção? Quais são as premissas que embasam tais proposições? Se gênero discrimina entre um plano natural e o cultural, a natureza dessa relação é ponto de discussão entre as diferentes linhas teóricas. Outro tópico candente diz respeito ao papel que a distribuição do trabalho reprodutivo na espécie admite para a elaboração das categorias de gênero. Algumas dessas perguntas se desdobram em outras: O operador da diferença retém uma relação de poder? Há uma simples complementariedade entre as categorias? Existem argumentos em prol de que gênero constitui-se apenas em um modo particular de organizar cada universo social, mas não teria caráter de proposição mais geral na estruturação das relações entre os níveis anátomo-fisiológico e cultural.

A antropóloga britânica Marilyn Strathern (1992) sustenta por exemplo que gênero seria apenas um meio de aglutinar em uma determinada sociedade o modo como se organizam as práticas e as idéias em tornos dos sexos e dos objetos sexuados. Cada análise de uma cultura específica denominaria os fatos agrupados como gênero, sendo que tal arranjo não teria sentido como elemento estruturador/ unificador da pessoa, como detém na sociedade ocidental. Dito de outro modo, a afirmativa de que gênero é um atributo da pessoa careceria de maior fundamentação.

Strathern também problematiza a universalidade da dicotomia natureza/ cultura. Adotando a ponto de vista antropológico de que as culturas distintas da ocidental são também autoras de teorias sobre o social, ela questiona o universalismo a partir do caso dos nativos Hagen, da Melanésia. Recusando estatuto analítico para gênero, Strathern admite para o termo a condição de uma classificação sempre inscrita em contextos particulares. O gênero assim é uma categoria empírica, que assinala uma descontinuidade entre corpos, objetos, eventos etc. de uma ordem simbólica particular.

Um grande grupo de críticas que podem se agrupadas genericamente sob a designação de posmodernas assinala que um dos problemas com o conceito de gênero é que ele se funda em uma distinção natureza / cultura como forma de explicação universal. Nesse sentido, ele seria um falso avanço. Uma parte considerável dessa produção ancora sua crítica na problematização da categoria de sexo, assinalando que tal idéia deveria ser submetida a um processo similar de desconstrução tal como se imagina fazê-lo com gênero. O sexo e sua radicação na natureza deveriam ser objetos de análises historicizadas, uma vez que tais termos constituem-se pressupostos de análise, sendo eles mesmos categorias de pensamento socialmente marcados. Nesse sentido, é questionado que o sexo como caracterização diferencial entre os humanos possa servir como um elemento universal para a comparação entre as culturas.

No segundo grande bloco de interpretação sobre o gênero, este é entendido como um instrumento conceitual que assinala que uma dada operação da cultura se fez presente. Indica que a organização dos atributos distribuídos entre os sexos revela uma direção e um sentido peculiar àquela cultura, exprimindo uma dada relação entre os sexos.

Um grupo de proposições sustenta que o gênero expressa vetores de classificação social que transcendem o domínio das relações entre os sexos, e se imbricam em outras estruturas sociais

tais como a diferenciação etária, esquema de privilégios, ordenação cosmológica. As desigualdades entre os sexos figuram e podem ser entendidas pela referência a desigualdades estruturais que organizam uma dada sociedade. A questão que permanece diz respeito ao grau de primazia que as classificações de gênero reteriam para o pensamento.

Uma posição mais radical advoga a centralidade do gênero no sistema simbólico, premissa que se apóia na postulação de uma ordem mais abstrata de realidade (que se confunde com a própria possibilidade do pensamento humano), caracterizando-se por um universalismo sem sujeito, que no entanto depende de atualizações concretas para operacionalizar-se. Nesse caso, as categorias de gênero específicas de cada contexto social seriam representativas da atualização mencionada. O gênero é pensado como um vetor fundamental de organizar as relações sociais de modo assimétrico (Heilborn:1993) e que a classificação masculino e feminino serve para ordenar diversos domínios sociais. Entendo que a hierarquia organiza a estrutura binária dos modelos classificatórios de modo a um termo encompassar o outro. Não representa apenas uma simples atividade classificatória que dispõe quadriculas sobre o real. Trata-se de uma ordenação do mundo hierarquizada em termos de um princípio de valor que promove densidades diferenciadas a cada plano e a cada categoria em jogo.

Entre as alternativas interpretativas encontra-se a da universalidade da hierarquia e, por extensão, a da hierarquia que a classificação do gênero necessariamente comporta. A teoria da hierarquia e seus corolários é um modelo explicativo do porquê de uma constante estrutural de assimetria na montagem das relações entre os gêneros. A questão da assimetria de gênero e de sua possível universalidade está conectada em um plano lógico com este momento inaugural da cultura - o tabu do incesto. Na passagem natureza/ cultura, paralelo ao mecanismo socioinstituinte da troca, a distinção entre os sexos investe-se da qualidade de "marca elementar da alteridade" (Héritier:1981), constituindo-se em uma espécie de matriz da atividade simbólica.

Nessa condição dá-se que, pelo imperativo da neutralização da indistinção, o masculino carece alijar-se do encompassamento original, que na natureza as fêmeas detêm. A ordem da cultura abriga a imperiosa criação do masculino, que se destaca do feminino, a rigor, do materno. É a inversão hierárquica da relação de englobamento original entre os sexos, que se inscreve como propriamente produtora da ordem simbólica, do gênero e da condição de sujeito. Desse modo, a assimetria de gênero é constitutiva do social.

A condição de produção do masculino procede por meio de uma inversão hierárquica que, ao seccionar a continuidade com o feminino e, nesse sentido, com a indistinção, inscreve-o como polo marcado em um campo classificatório, atrelando-o à problemática da diferença. Essa demanda de condição de sujeito exprime-se no nexos simbólico do masculino com um elenco de propriedades de marcação/ descontinuidade/ diferenciação/ deslocamento. Em oposição, o feminino está balizado por associações com atributos como não-marcação/ continuidade/ indiferenciação/ permanência. O jogo relacional da construção das categorias de gênero está referido a esse plano estrutural.

Portanto, nessa perspectiva não se trata somente de afirmar que os gêneros possuem conteúdos contrastivos e complementares. Além de distintivos, a lógica interna ao domínio do gênero é hierárquica, fazendo com que os vetores simbólicos acima relacionados qualifiquem-se pelas propriedades de englobante e englobado. As propriedades simbólicas particulares à constituição do masculino e do feminino são fenômenos da relação hierárquica entre eles.

Concluindo, a intenção deste texto foi oferecer um quadro rápido das implicações do conceito de gênero, suas diferentes implicações e suas fronteiras de perspectivas.

bibliografia:

HARAWAY, Donna - *Simians, cyborgs and woman. The reinvention of nature.* New York, Routledge, 1991

BUTTLE, Judith. *Gender trouble. feminism and the subversion of identity.*

HEILBORN, Maria Luiza "Gênero e Hierarquia: a costela de Adão revisitada in <ii>Revista Estudos Feministas volume 1, número 1 CIEC/ECO/UFRJ,1993.

HÉRITIER, Françoise. "Masculino e Feminino" in <ii>Enciclopédia Einaudi v.20<fi>. Lisboa, 1980 [11-26]

SCOTT, Joan "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" in <ii>Revista Educação e Realidade<fi>, n. 2, vol. 15, Porto Alegre, 1990, [5-22].

STRATHERN, Marilyn - The gender of the gift. Berkeley. University of California Press, 1988

Maria Luiza Heilborn é Professora de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da UERJ.